

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DE 31 DE OUTUBRO DE 2014**

PRESIDÊNCIA: - DR. JOÃO MANUEL DO AMARAL ESTEVES

VEREADORES PRESENTES:

DR. HELDER MANUEL RODRIGUES DE BARROS

DR. BELMIRA MARGARIDA TORRES REIS

DR. JOSÉ ALBANO DOMINGUES

ENGº FERNANDO JOÃO FERNANDES FONSECA

FALTAS: -

DR. FERNANDO PEREIRA CABODEIRA, por motivos de ordem profissional

OLEGÁRIO GOMES GONÇALVES, por falecimento de familiar

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO
CONCELHO

HORA DE ABERTURA: - 10 horas

PONTO 1 – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO À SECÇÃO DE MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE E DO MUNDO RURAL: - do Secretário-geral da ANMP a comunicar que está a decorrer, até ao dia 31 de outubro de 2014, o período durante o qual os municípios interessados deverão manifestar interesse em aderir à Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural através do preenchimento da ficha de inscrição que remete. -----

Informa ainda que está agendada para o dia 6 de novembro de 2014, a 1ª reunião desta Secção, durante a qual será eleita de entre os membros da Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural a respetiva Mesa que é constituída por 1 presidente, 2 vice-presidentes e 2 secretários. -----

- **Apreciado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão à Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural.** -----

PONTO 2 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAIS PARA 2015 – APRECIACÃO FINAL E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS: - Presentes novamente os projetos das Grandes Opções do Plano que integram o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Relevantes e o Orçamento Municipais para o ano de 2015, verificando-se que este último apresenta quer em receita quer em despesa, um valor global de € vinte e seis milhões novecentos e cinquenta e quatro mil e setecentos euros, sendo as receitas correntes de dezoito milhões duzentos e quarenta e dois mil oitocentos e vinte e dois euros e as de capital de oito milhões setecentos e onze mil oitocentos e setenta e oito euros; as despesas correntes de doze milhões seiscentos e três mil euro, e as de capital de catorze milhões trezentos e cinquenta e um mil e setecentos euros. -----

- Pelo Vereador do Pelouro das Finanças, Hélder Barros, foi feita uma breve apresentação das linhas orientadoras dos documentos que integram o Plano Plurianual de Investimentos, o Orçamento e o Plano de Atividades Relevantes para o ano de 2015. Referiu em especial a variação do valor global do orçamento, em mais de dois milhões de euros relativamente ao ano anterior, justificada com o encerramento do atual QCA e a abertura de um novo Quadro. -----

No que concerne às receitas correntes estas superam os 18 milhões de euros, cobrindo toda a despesa e permitindo afetar 5,6 milhões de euros a despesas de capital; relativamente às despesas correntes espera-se um ligeiro aumento face ao ano anterior, derivado de um aumento de aquisição de bens e serviços municipais, nomeadamente, água para fornecimento do sistema de abastecimento público, assim como na área da solidariedade e coesão social. Por outro lado as despesas de capital assumem também um aumento face a 2014, relacionado com o aumento dos investimentos e das transferências a realizar pela Autarquia. -----

Fez uma referência ao esforço de redução do serviço da dívida, que deverá ficar em 2015 em um milhão e setenta e dois mil euros. -----

Fez ainda uma breve explicitação dos principais projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e ao aumento do valor global do investimento. -----

No respeitante às Opções do Plano, destacou um conjunto de medidas a desenvolver relacionadas com a coesão social e qualidade de vida, a promoção do emprego, desenvolvimento económico e atratividade do território, e a coesão territorial.

Por último fez uma referência ao Plano de Atividades Relevantes, destacando o aumento de 10% relativamente a 2014, correspondendo a um valor global de mais de seis milhões de euros, repartidas principalmente pelas Funções Sociais e Económicas e as Transferências par as Freguesias. -----

- Devidamente apreciados e postos à votação os projetos, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador Fernando Fonseca, a abstenção do Vereador José Albano Domingues, e três votos a favor dos Vereadores Hélder Barros e Belmira Reis e da Presidência, aprovar como propostas os presentes documentos, bem como remeter os mesmos à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no nº 1, alínea a) do art.º 33º, e nº 2, alínea a), do art.º 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos de aprovação por aquele órgão deliberativo. -----

- O Vereador José Albano Domingues referiu que os presentes documentos representam uma proposta inalterada, relativamente à apresentada na reunião anterior, verificando que não foram acolhidas as propostas apresentadas pelos Vereadores do Partido Socialista, designadamente, no sentido de minorar o sofrimento das famílias mais desfavorecidas, aliviando a carga fiscal e reduzindo as despesas não prioritárias. Contudo, como oposição responsável, tinha de dizer que entendia que não está tudo mal nestes documentos e que há coisas que comungam, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: “Continuamos a viver um momento de grave crise económica, financeira, social, e de valores, fruto das más políticas levadas a cabo pelo Poder Central (Governo PSD/CDS-PP), ao longo dos últimos três anos, em que a maioria das famílias portuguesas está a ser sacrificada e a viver uma situação de angústia em relação ao futuro. -----

Esta é a realidade que teima em passar ao lado de quem nos governa. A estratégia continuada de austeridade a todo o custo está a destruir a economia, sem atingir as metas orçamentais apontadas pelo Governo e agravando ainda mais o problema da dívida pública de Portugal que se aproxima, a passos largos, dos 133% do PIB.-----

O atual momento exige respostas globais, sérias e inovadoras, que nos galvanizem e motivem para ultrapassarmos da melhor forma possível esta difícil situação.-----

As Autarquias (Câmaras e Juntas de Freguesia) são um veículo fundamental de proximidade aos cidadãos devido à pronta resposta que, de Norte a Sul do país, do Interior ao Litoral, passando pelas Ilhas, têm demonstrado, ao longo dos tempos, na preocupação da melhoria da sua qualidade de vida. É este o verdadeiro “poder” (a verdadeira força!) do Poder Local Democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa.-----

Os Municípios vão, novamente, em 2015, ser chamados a colmatar, dentro do possível, as graves carências que o governo continua a impor ao país. Tentarão manter, a todo o custo, o bem-estar das populações, apoiar intensamente os mais idosos, atrair os jovens e recuperar as classes mais desfavorecidas.-----

Nunca é demais realçar a capacidade operacional de muitos autarcas - de variadíssimos concelhos do nosso país e eleitos pelas diversas forças políticas -, que, quotidianamente estão mais perto dos problemas e para eles encontram soluções razoáveis e justas, mesmo se o Poder Central lhes retira instrumentos, tentando tolher a sua ação.-----

Graças a uma política de rigor orçamental – com cortes na despesa corrente e na

priorização de investimentos, conseguindo ter folga para dar benefícios às suas populações -, e para minorar o impacto negativo das medidas austeras previstas no Orçamento do Estado para o próximo ano, aqueles responsáveis de Câmaras Municipais decidiram, em claro contraciclo com a política do Governo, abdicar de receitas fiscais e reforçar os programas de emergência social.-----

Muitos desses responsáveis autárquicos, que tiveram o cuidado de pensar nos seus municípios, apresentam um conjunto de medidas anti austeridade de natureza fiscal, económica, educativa e social com efeitos no Orçamento Municipal para 2015 e que têm como principal objetivo minorar os impactos negativos nas famílias causados pelas medidas recessivas e pelo aprofundamento da grave crise que se vive no país.-----

Visam contrariar a indiferença e ausência de sensibilidade e de justiça social com que nos deparamos cada vez mais em Portugal, tentando um esforço para reforçar a proximidade às pessoas.-----

Entre as medidas a adotar, para apoio à fixação de população e de criação de emprego, destacam-se: a diminuição das coletas do IMI e na parte do IRS (até 5%) a que têm direito; a atribuição gratuita dos manuais escolares, bem como do material escolar a todos os alunos até ao 9º ano; a distribuição de fruta gratuitamente a todos os alunos da Pré-Primária e do Primeiro Ciclo das escolas públicas (também com o objetivo de fomentar hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde da população mais jovem e a redução dos custos de saúde associados a regimes alimentares menos saudáveis), bem como apoio ao fornecimento do pequeno-almoço e do lanche; construção de mais creches e facilidades laborais (por exemplo, dar benefícios fiscais às empresas “amigas” das famílias) para a maternidade, como forma de combater a baixa taxa de natalidade; apoios diretos à natalidade; oferta de refeições para carenciados; ajuda às famílias mais carenciadas a pagar as contas dos medicamentos, da água e dos transportes públicos...-----

No nosso Município, uma vez mais, apesar das muitas propostas/sugestões/contributos (ver anexo 1) apresentadas pelos vereadores eleitos pelo Partido Socialista (em reunião ordinária da Câmara Municipal, ocorrida no passado dia 24 de outubro) nos vários domínios - promoção da **ação social**; promoção de práticas de **sustentabilidade económica e ambiental e da empregabilidade local**; promoção da **educação/ensino e formação profissional**; promoção da **saúde**; promoção e **revitalização do comércio de rua/tradicional**; promoção da **reabilitação/regeneração urbana**; promoção da **indústria**; promoção do **ambiente**; promoção/ **defesa da floresta**; promoção da **proteção civil**; promoção da **agricultura**; promoção do **turismo**; promoção de uma **nova política de transportes**; promoção das **acessibilidades**; promoção dos setores da **justiça e da segurança**; promoção do **património e da cultura**; promoção da **juventude, do desporto e do associativismo**; promoção do **empreendedorismo**; e promoção da **qualidade do governo local** -, poucos ou nenhuns dos nossos contributos estão espelhados na proposta apresentada pela maioria que lidera o nosso município.----

Visávamos, com aquelas propostas, tornar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipais mais justas e mais amigas da economia, minorando, também, alguns dos enormes sacrifícios das famílias (sobretudo aliviando a pressão fiscal sobre os cidadãos, no âmbito do IMI e do IRS), pedindo um esforço maior na redução de despesas não prioritárias, tornando o nosso concelho mais inclusivo e mais justo.-----

Todos sabemos e reconhecemos que o Poder Local não é a “Bala Mágica” que pode compensar todos os efeitos nefastos da atual crise, contudo, pode ajudar a atenuá-los. --
As Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipais para 2015 não se apresentam como uma política global de resposta à atual situação de emergência social. Não são a resposta adequada (o “ascensor social” necessário) para aqueles que se encontram em situação de maior fragilidade e, simultaneamente, não apresentam os instrumentos necessários (medidas e ações objetivas) para evitar que muitos mais venham a cair em situações de necessidades prementes.-----

As Grandes Opções do Plano não apresentam boas notícias para a área social, bem como para outros setores que consideramos relevantes para o melhor desenvolvimento do nosso concelho.-----

Este é o momento em que os municípios necessitam de respostas dos poderes públicos para os novos problemas com que se deparam, sobretudo quando do Governo da Nação apenas recebem más notícias que vão agudizar, ainda mais, a sua já paupérrima qualidade de vida. Este era, pois, o momento para a Câmara Municipal “ter audácia” e apresentar medidas concretas que visassem minorar a dor dos Arcuenses.-----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipais para 2015 são, pois, opções que vinculam a maioria PSD. Uma estratégia política que, na nossa opinião, não traduz a capacidade de possibilitar aos Arcuenses um presente e um futuro melhores. Não se vislumbra uma visão estratégica, inovadora e com perspetivas de médio e longo prazo.

Entendemos as medidas de contenção e redução de custos, saudamos as que trazem melhoria de eficiência, no entanto consideramos que deveriam de ser acompanhadas por outras decisões que promovessem a qualidade de vida, o desenvolvimento económico e a coesão social, procurando-se, assim, minimizar os impactos da atual austeridade.-----

Os vereadores eleito pelo Partido Socialista, enquanto oposição responsável, defendem uma estratégia de política fiscal mais efetiva que responda às dificuldades que os cidadãos e as empresas terão pela frente em 2015. -----

Esperava-se, pois, neste quadro, uma política fiscal municipal corretiva da política fiscal imposta pelo Governo Central, assumindo uma intervenção sobretudo no IRS e no IMI.

Afigura-se pertinente questionar: se tantos Municípios, por esse país fora - e alguns aqui bem perto - baixaram as taxas de IMI e outras, porque é que aqui não se fez o mesmo? Onde está contemplada uma solidariedade mais efetiva? -----

Consideramos as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipais para 2015 de cariz pouco social, não introduzindo os elementos indispensáveis para minorar as consequências da crise que, infelizmente, se continua a perspetivar para o próximo ano, assumindo, por isso, de forma responsável, o voto de abstenção”. -----

- O Vereador Fernando Fonseca referiu que estes Plano e Orçamento não vão de encontro à realidade de Arcos de Valdevez, pelo que iria votar contra, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: “Na reunião ordinária de 24 de outubro de 2014 foi dado conhecimento aos vereadores da oposição o Plano e Orçamento da câmara municipal de Arcos de Valdevez para 2015 apresentado pelo PSD que tem maioria no atual executivo camarário. Na mesma reunião apresentei propostas que seriam importantes considerar no Plano e Orçamento.-----

O orçamento apresentado é de vinte e seis milhões novecentos e cinquenta e quatro mil e setecentos euros, superior em 8,65 % ao orçamento do ano anterior (vinte e quatro

milhões oitocentos e nove mil e novecentos euros). No que diz respeito à receita verifica-se que a transferência a realizar pela administração central é de 48 % do orçamento, menos 6% em relação ao ano anterior.-----

Analisado o presente Plano e Orçamento, verifica-se que não há novidades no que diz respeito à estratégia a desenvolver para o município. A regra é a mesma, as opções não se alteram e mantêm-se o mesmo rumo.-----

Com isto dá-se o sinal de que o município não tem alternativas e está fortemente amarrado a orientações que em nosso entender estão ultrapassadas e que seria de toda a conveniência mudar.-----

O município continua a ter de suportar custos em projetos que continuam à espera de ter condições para a sua concretização e que sempre entendemos não serem prioritários nesta fase e que passam de ano para ano sem que para tal o município tenha condições para realizar. -----

Tem de garantir os pagamentos do terreno comprado à Santa Casa da Misericórdia para instalação do Centro de Logístico Municipal; os pagamentos do edifício da Confraria da Senhora da Peneda e que vai transformar-se numa ruína a breve trecho deteriorando aquele espaço da vila; o Chamado jardim botânico que já vem de vários orçamentos anteriores mas que em nosso entender não se justifica sendo mais um elefante branco na lista de espera e a amortização da dívida que o município tem.-----

Há uma falta de estratégia na visão do futuro da realidade de Arcos de Valdevez.-----

Nas acessibilidades, as ligações de Arcos de Valdevez é feita através das redes viárias. Dentro das vias estruturantes para o concelho temos de considerar o eixo longitudinal e o eixo transversal que é urgente dar a atenção devida, porque o desenvolvimento está fortemente associado a estas vias. Estamos a falar da E.N. 101 que liga Monção, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Vila Verde e Braga que terá de ser retificado com um traçado que se ajuste aos tempos atuais. E também queremos referir a necessidade de se considerar a EM 530 como uma via estruturante de ligação de Arcos de Valdevez à Galiza, passando pelas freguesias do Vale, S. Jorge, Ermelo, Soajo e com a ligação a Olelas, Entrimo e Orense. -----

Continua a ser adiado a intervenção fulcral para a reativação do comércio tradicional: temos de tirar as barreiras atualmente existentes e que condicionam o desenvolvimento destes setores. O centro histórico da vila está em desertificação acentuada: é importante recuperar a vitalidade dantes existente como centro de reunião e de negócio. Para isso teremos de investir na revitalização e dinamização urbana, na abertura das vias de ligação, na abertura da Ponte Velha ao trânsito automóvel e na criação de um parque automóvel. Terá de se implementar o PRUCHAVV, conforme os Planos existentes de recuperação dos quarteirões nºs Q 1; Q 4; Q 6; Q 15; Q 19 e Q 21.-----

Implementação de um Programa de melhoramento de acessibilidade para todos os cidadãos, aos Espaços Públicos e Edifícios Públicos, de acordo com a Lei em vigor (DL nº 163/2006 de 08/08).-----

Sensibilização para o respeito da Lei do Ruído – DL nº 9/2007 de 17/01 Regulamento Geral do Ruído. Criação de condições de fiscalização deste Regulamento, dotando os Serviços Municipais de equipamento e de formação para o efeito. (Esta proposta decorre do exercício das competências das autarquias, previstas no Artigo 4º-3 do referido Decreto Lei).-----

No turismo e conforme propostas por nós apresentadas, teríamos como principal intervenção as áreas definidas no Programa de Reabilitação de Espaços Urbanos e Paisagísticos em áreas de interesse turístico e patrimonial previstas em: PDM (Plano Diretor Municipal – DR 2ª série nº 237 de 10/12/2007) e, no POATAL (plano de Ordenamento das albufeiras de Touvedo e Alto Lindoso – resolução do conselho de ministros dr 1ª série B, nº 27/2004 de 08/03/2004), concretamente com a execução dos Planos de Pormenor para as seguintes UOPG s (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão) :-----

- PDM: Aglomerados de Montanha – Brandas; Aglomerado do Soajo; Aglomerado e Área protegida de Sistelo;-----

- POATAL: Aglomerado de Ermelo – UOPG 1; Aglomerado de Vilarinho do Souto – UOPG 4; Aglomerado de Gração – UOPG 6; Margem Direita da barragem de Touvedo – UOPG 14; Plano de Água a sul do aglomerado da Várzea, com restabelecimento da ligação com Olelas.-----

No APOIO AS POPULAÇÕES DA MONTANHA – Atividade Pecuária, teríamos:1) Apoio a produção de gado de raças autóctones, através da concretização dos “Perímetros Pecuários” identificados no PDM; 2) Os Perímetros Pecuários são espaços localizados neste Plano que deverão ser estruturados e infraestruturados para apoio a atividade Silvo-Pastoril. Estes espaços deverão ser dotados de algumas infraestruturas: Preparação do terreno e acessos; Sistema de tratamento de efluentes coletivos; Fornecimento e distribuição de água e energia; Sistema de proteção contra incêndios coletivo; Tratamento paisagístico; Definição de modelos arquitetónicos e construtivos para as edificações a executar pelos particulares, atendendo a sensibilidade da área protegida do PNPG. -----

Na agricultura, o município teria de ter especial atenção no apoio aos projetos de caminhos agrícolas, no apoio aos regadios, e dar condições ao pequeno agricultor para bancas de venda em espaços (mercado agrícola) para tal destinados. Associado a este setor teríamos toda a atividade associada como o agro-florestal o agro-pecuário, e o agro-alimentar.-----

Só assim se pode dinamizar um setor que é a base do desenvolvimento económico, e que permitiria a fixação de jovens casais.-----

No que se refere aos impostos verifica-se que em 2013, o município arrecadou através do IMI a receita no valor de um milhão novecentos e setenta e três mil duzentos e sessenta e três euros e trinta e seis cêntimos. Para o presente ano prevê arrecadar um milhão novecentos e dezassete mil e setecentos euros, mas esta previsão apresenta-se em baixa, porque com o fim da cláusula de salvaguarda que não permitia o aumento de no máximo de setenta e cinco euros, por cada ano, teremos certamente com a afetação da taxa de 0,35% sobre Valor Patrimonial Tributável, valores superiores e que se vão repercutir nos orçamentos das famílias.-----

Também se verifica que o executivo não abdica da taxa variável de IRS sobre os contribuintes residentes em Arcos de Valdevez prevendo arrecadar uma receita de quatrocentos e quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e três euros. Sempre pugnamos que numa altura de crise que afeta todos que esta taxa teria de ser 0%.-----

O presente Plano e Orçamento não reflete as reais necessidades do concelho de Arcos de Valdevez, não apresenta um planeamento de intervenção que consolide e aumente a

coesão de todo o território, não está preparado para o futuro que se quer produtivo e sustentável, e apenas preocupa-se com a continuidade de políticas que já se revelaram inadequadas e improdutivas.-----

Como tal, o voto **contra** este “Plano e Orçamento para 2015”. -----

Pela Vereação do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto: “O Orçamento para 2015, com um valor global de vinte e seis milhões novecentos e cinquenta e quatro mil setecentos euros, revela-se equilibrado e ajustado ao momento que vivemos. Está previsto um aumento de 8,6% relativamente ao ano transato, que resulta de um aumento do investimento e das transferências para as Instituições. -----

Este orçamento é mais ambicioso e capaz de suportar um volume de investimento acrescido, aproveitando os fundos ainda disponíveis no QREN e perspetivando os novos apoios do Acordo de Parceria Portugal 2020. O orçamento aponta para uma despesa de capital de 14,4 milhões de euros e uma despesa corrente da ordem dos 12,6 milhões de euros. Estimam-se para 2015 mais de 18 milhões de euros de receita corrente, a qual garante a devida acomodação do aumento de algumas despesas correntes, nomeadamente na área social, e permite ainda transferir 5,6 milhões de euros para a atividade de investimento direto e indireto em todo o concelho.-----

As Grandes Opções do Plano deixam antever uma aposta clara na coesão social e territorial, assim como na valorização dos recursos endógenos, atração de investimento e desenvolvimento económico-----

A parceria com as Juntas de Freguesia, instituições sociais e associações irá prosseguir, pois tem mostrado a sua eficácia e eficiência na realização de obras e iniciativas junto da população, reforçando a política de proximidade com os arcuenses que o Município tem vindo a implementar. -----

A Autarquia irá reforçar o apoio aos mais desfavorecidos, continuar a investir na educação e na ação social escolar e continuar com um conjunto de medidas de apoio às famílias e jovens e incentivos para as empresas e empreendedores, como a redução em 50% das tarifas de ligação às redes de água e saneamento, o não aumento do IMI e das taxas e licenças, a isenção de IMT para os jovens, a isenção da taxa de direitos de passagem, a isenção de derrama, a redução em 50% das taxas municipais para projetos agrícolas, comerciais, turísticos e industriais, o apoio a empreendedores através do fundo municipal ARCOSFINICIA, a realização de estágios para jovens empreendedores e o apoio às Freguesias para contratação de cantoneiros através do IEFP.-----

Está, igualmente, previsto um conjunto de investimentos que irão contribuir para um maior bem-estar dos arcuenses, disponibilizando equipamentos como o novo quartel a GNR, o Paço de Giela, o Centro de Apoio às pessoas com deficiência, o campo de rugby e o de Guilhadeses, a ecovia, o circuito bio-saúdavel e iniciando os projetos do eco-parque do Vez, o museu da água ao ar livre, a reabilitação do Cine-Teatro Alameda para Centro da Eco-cidadania e o Centro Social a Norte do Concelho. Também estão previstos investimentos em reabilitação de espaços urbanos e verdes pelo concelho, a requalificação da envolvente do Centro de Saúde, bem como investimentos em requalificação de edifícios para o Albergue de Juventude e habitação para jovens.-----

Serão realizados investimentos em reforço das infra-estruturas viárias e básicas, iluminação pública, recolha de resíduos e arranjo de espaços públicos nas freguesias e

será dinamizado o desenvolvimento económico e o emprego, através da ampliação dos parques empresariais, do centro de promoção de produtos, das melhorias no mercado municipal, do Pacto para o PNPG, das iniciativas de promoção do concelho e dos produtos e da dinamização do comércio, economia rural e social.-----

Apesar de alguns sinais incongruentes nas sugestões apresentadas pelos vereadores da oposição, na essência, apraz-nos registar que a grande maioria das mesmas vêm de encontro às Grandes Opções do Plano apresentadas, algumas já estão executadas e outras estão em execução. Não tendo que ser necessariamente coincidentes as políticas preconizadas por cada partido, é contudo reconfortante para o PSD saber que, no essencial, a oposição está em sintonia com a política de desenvolvimento que a maioria na Câmara tem vertida no Orçamento para 2015.-----

Cientes da importância deste instrumento para darmos mais um passo no desafiante percurso de construir um Concelho mais solidário, moderno, dinâmico, sustentável e atrativo, votamos favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015". -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião eram onze horas e vinte e cinco minutos. -----

Para constar se lavrou a presente ata que depois de lida em voz alta e aprovada em minuta, e por unanimidade, no final da referida reunião, nos termos do nº 3 do artº 57º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Câmara e por mim, Faustino Gomes Soares, que a elaborei. -----

